

## A INSERÇÃO DAS MULHERES NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: DESAFIOS E CONQUISTAS

### THE INSERTION OF WOMEN IN THE MILITARY POLICE OF AMAZONAS: CHALLENGES AND ACHIEVEMENTS

Fernanda da Silva Pereira<sup>1</sup>  
Leandro Albuquerque dos Santos<sup>2</sup>  
Denison Melo de Aguiar<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho analisa a inserção das mulheres na Polícia Militar do Amazonas (PMAM), enfatizando os desafios e as conquistas decorrentes desse processo no contexto da segurança pública. Historicamente estruturada sob valores predominantemente masculinos, a corporação passou a incorporar mulheres a partir da década de 1980, com a criação do Pelotão de Polícia Feminina, marco institucional que possibilitou a ampliação gradual da participação feminina. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, com análise de produções acadêmicas, normativos legais e documentos institucionais relacionados à temática de gênero e organização policial. Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços institucionais alcançados, como a ampliação do efetivo feminino e a atuação em funções operacionais e administrativas, persistem barreiras de natureza estrutural, cultural e institucional que limitam a plena integração das mulheres na corporação. Destacam-se, nesse contexto, a divisão sexual do trabalho, a manutenção de valores organizacionais masculinizados e as dificuldades relacionadas à progressão na carreira. Conclui-se que a inserção das mulheres na PMAM constitui um processo em construção, no qual conquistas importantes coexistem com desafios persistentes, demandando transformações organizacionais mais profundas para a efetiva promoção da equidade de gênero no interior da instituição.

7106

**Palavras-chave:** Polícia Militar do Amazonas. Mulheres na Polícia. Gênero. Segurança Pública. Cultura Organizacional.

<sup>1</sup>Bacharel em Direito pela Universidade Paulista (2018). Especialista em Segurança Pública pela Faculdade Focus (2025), Especialista em Investigação Criminal e Legislação, Especial pela Faculdade Unyleya (2023). Bacharelanda em Segurança Pública e do Cidadão pela UEA. lattes <http://lattes.cnpq.br/6833570116122610>.

<sup>2</sup> Possui graduação em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas. Especialização em Segurança Pública e Cidadania pelo INSTITUTO FACUMINAS EAD LTDA. Especialização em Planejamento e Gestão no Trânsito pelo CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOM ALBERTO LTDA. Capitão da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Mestrado profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas, UEA, Brasil., <http://lattes.cnpq.br/2778612033645073>.

<sup>3</sup>Pós-doutorando em Direito pela UniSalento (Itália-2024). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

**ABSTRACT:** This study analyzes the insertion of women in the Military Police of Amazonas (PMAM), emphasizing the challenges and achievements resulting from this process within the context of public security. Historically structured around predominantly masculine values, the institution began to formally incorporate women in the 1980s with the creation of the Female Police Platoon, an institutional milestone that enabled the gradual expansion of female participation. Methodologically, the research is characterized as qualitative, exploratory, and descriptive, based on bibliographic and documentary research, with analysis of academic literature, legal regulations, and institutional documents related to gender issues and police organization. The results indicate that, despite significant institutional advances—such as the expansion of the female workforce and women’s participation in both operational and administrative functions—structural, cultural, and institutional barriers persist, limiting the full integration of women within the corporation. In this context, the sexual division of labor, the persistence of masculinized organizational values, and difficulties related to career advancement stand out. It is concluded that the insertion of women in the PMAM constitutes an ongoing process, in which important achievements coexist with persistent challenges, requiring deeper organizational transformations to effectively promote gender equity within the institution.

**Keywords:** Military Police of Amazonas. Women in Policing. Gender. Public Security. Organizational Culture.

## 1. INTRODUÇÃO

A inserção das mulheres nas forças de segurança pública constitui um fenômeno relevante no contexto das transformações sociais contemporâneas, especialmente no que se refere à promoção da igualdade de gênero e à ampliação da representatividade nas instituições estatais. Historicamente, as organizações militares e policiais foram estruturadas a partir de valores predominantemente masculinos, o que resultou na exclusão ou na participação restrita das mulheres a funções administrativas e de apoio. Nas últimas décadas, contudo, observa-se um processo gradual de ampliação da presença feminina nessas corporações, ainda que marcado por resistências culturais, institucionais e simbólicas.

No Brasil, a inserção das mulheres nas polícias militares ocorreu de forma tardia e progressiva, refletindo tanto avanços normativos quanto limitações práticas no interior das organizações. No caso da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), esse processo teve início formal na década de 1980, com a criação do Pelotão de Polícia Feminina, representando um marco institucional importante. Todavia, a ampliação do efetivo feminino não implicou, de maneira automática, a plena integração das mulheres em todos os níveis e funções da corporação, permanecendo desafios relacionados à divisão sexual do trabalho, à distribuição de funções operacionais e às oportunidades de progressão na carreira.

Diante desse cenário, o presente estudo parte do seguinte problema de pesquisa: quais são os principais desafios de natureza estrutural, cultural e institucional enfrentados pelas mulheres na Polícia Militar do Amazonas (PMAM) e de que forma sua inserção tem impactado a cultura organizacional e a dinâmica funcional da corporação? A formulação desse problema decorre da constatação de que a inclusão feminina, embora formalmente reconhecida, ainda se desenvolve em um contexto de adaptação institucional e de tensões internas.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar os desafios e as conquistas relacionados à inserção das mulheres na Polícia Militar do Amazonas, considerando sua evolução histórica, os obstáculos enfrentados no cotidiano institucional e os impactos decorrentes de sua atuação no interior da corporação. Como hipótese, sustenta-se que, apesar dos avanços obtidos ao longo do tempo, a inserção feminina na PMAM ainda é condicionada por barreiras estruturais, culturais e institucionais que limitam a atuação plena das policiais, especialmente em determinadas funções e espaços organizacionais, embora sua presença venha produzindo impactos graduais na dinâmica funcional e nas relações de gênero da instituição.

A relevância do estudo justifica-se tanto no plano social quanto no institucional e acadêmico. Socialmente, a pesquisa contribui para o debate sobre igualdade de gênero e direitos no âmbito da segurança pública. Institucionalmente, oferece subsídios para a reflexão crítica sobre a cultura organizacional da PMAM e sobre os limites e possibilidades de uma integração mais equitativa. No campo acadêmico, o trabalho amplia a produção científica sobre gênero e polícia a partir de um recorte regional específico, ainda pouco explorado na literatura.

7108

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. A análise dos dados permitiu identificar que a trajetória das mulheres na PMAM é marcada por conquistas institucionais importantes, mas também por desafios persistentes, especialmente no que se refere às barreiras culturais, à divisão sexual do trabalho e às desigualdades internas, aspectos que são examinados ao longo do desenvolvimento do trabalho.

O objetivo geral deste artigo é analisar os desafios e as conquistas relacionados à inserção das mulheres na Polícia Militar do Amazonas, articulando a evolução histórica do ingresso feminino, os obstáculos institucionais e os impactos da atuação feminina nas funções operacionais e administrativas. Os objetivos específicos são: 1. Caracterizar a evolução histórica da presença feminina na PMAM, destacando marcos institucionais e normativos associados ao ingresso e à consolidação da mulher na corporação; 2. Examinar os principais obstáculos

enfrentados pelas mulheres na PMAM, organizando-os em dimensões estruturais, culturais e institucionais, conforme a discussão desenvolvida; 3. Avaliar os impactos da participação feminina nas funções operacionais e administrativas, considerando efeitos organizacionais (cultura institucional, práticas internas) e sociais (normas e estereótipos de gênero).

A inserção das mulheres na Polícia Militar do Amazonas (PMAM) constitui um tema de elevada relevância social, institucional e acadêmica, na medida em que envolve diretamente a promoção da igualdade de gênero, a efetivação dos direitos fundamentais e a qualidade da prestação do serviço de segurança pública. Embora se observem avanços normativos e institucionais ao longo das últimas décadas, a realidade organizacional das corporações policiais ainda revela a persistência de obstáculos estruturais, culturais e simbólicos que limitam a plena integração e ascensão das mulheres no ambiente militar.

Do ponto de vista social, a justificativa deste estudo reside na necessidade de compreender como a presença feminina nas forças de segurança pública contribui para a construção de uma polícia mais representativa, sensível às demandas da sociedade e alinhada aos princípios democráticos. Os resultados do trabalho demonstram que a atuação das mulheres na PMAM tem impacto direto no atendimento de ocorrências sensíveis, na mediação de conflitos e no fortalecimento do policiamento comunitário, o que evidencia que a discussão sobre gênero no âmbito policial ultrapassa a dimensão interna da corporação e alcança a esfera da proteção cidadã e da justiça social.

7109

Sob a perspectiva institucional, a pesquisa se justifica pela importância de analisar criticamente a cultura organizacional da Polícia Militar do Amazonas, historicamente marcada por valores masculinizados e por uma divisão sexual do trabalho. Os resultados evidenciaram que, apesar da ampliação da presença feminina e da ocupação progressiva de espaços operacionais e administrativos, ainda subsistem desigualdades relacionadas à distribuição de funções, às oportunidades de progressão na carreira e ao reconhecimento profissional. Nesse sentido, o estudo oferece subsídios relevantes para a reflexão institucional e para a formulação de políticas internas mais inclusivas, capazes de promover um ambiente de trabalho mais equitativo e seguro para as policiais militares.

No campo acadêmico, a justificativa fundamenta-se na necessidade de ampliar o debate científico sobre gênero e segurança pública a partir de recortes regionais específicos. Embora existam estudos sobre a participação feminina nas forças policiais em âmbito nacional, ainda são escassas as pesquisas que analisam de forma sistemática a realidade da Polícia Militar do

Amazonas, considerando suas particularidades históricas, geográficas e socioculturais. Assim, o presente trabalho contribui para o avanço do conhecimento ao articular dados históricos, análise institucional e reflexão crítica sobre as relações de poder e gênero no contexto amazônico.

Além disso, os resultados obtidos demonstram que o crescimento quantitativo do efetivo feminino não é suficiente, por si só, para garantir igualdade institucional, o que reforça a pertinência e a atualidade da pesquisa. Ao evidenciar a coexistência entre conquistas normativas e desafios persistentes, o estudo justifica-se como instrumento de diagnóstico e reflexão crítica, capaz de fomentar discussões acadêmicas, institucionais e sociais sobre a necessidade de transformação das práticas organizacionais no interior da PMAM.

Dessa forma, a realização deste trabalho justifica-se não apenas pela relevância do tema, mas também pela contribuição concreta que oferece à compreensão das dinâmicas de gênero na segurança pública, ao fortalecimento da Polícia Militar do Amazonas enquanto instituição democrática e à promoção de políticas públicas orientadas pela equidade, pela dignidade humana e pelo respeito às diferenças.

O problema de pesquisa pode ser sintetizado na seguinte questão: Quais são os principais desafios de natureza estrutural, cultural e institucional enfrentados pelas mulheres na Polícia Militar do Amazonas (PMAM) e de que forma sua inserção tem impactado a cultura organizacional e a dinâmica funcional da corporação? Já a hipótese pode ser a seguinte: A inserção das mulheres na Polícia Militar do Amazonas enfrenta desafios significativos, como preconceito de gênero, resistência institucional e barreiras culturais, os quais limitam a atuação plena das policiais, especialmente em áreas operacionais. Braga (2010) aponta que, embora as mulheres tenham avançado em diversos setores, ainda há uma clara divisão sexual do trabalho que restringe sua participação em determinadas funções operacionais. Nesse sentido, a hipótese sustenta que tais dificuldades evidenciam que a corporação ainda atravessa um processo de adaptação organizacional e cultural para integrar as mulheres de maneira efetiva, em condições de igualdade, nos diferentes níveis e funções.

Por outro lado, a crescente participação feminina tem se mostrado um fator transformador nas relações de gênero e poder dentro da Polícia Militar do Amazonas. Conforme Cappelle e Melo (2010), a presença das mulheres nas atividades operacionais questiona e, em muitos casos, transforma as relações de poder estabelecidas dentro das corporações militares. Assim, a hipótese é de que, apesar dos desafios existentes, as mulheres vêm obtendo conquistas

importantes, contribuindo para a quebra de estereótipos e para a promoção de um ambiente mais inclusivo e equitativo dentro da PMAM, com impactos graduais na cultura organizacional e na dinâmica funcional da instituição, ainda que condicionados à superação das barreiras estruturais, culturais e institucionais identificadas.

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, uma vez que busca compreender e analisar um fenômeno social ainda pouco sistematizado no contexto específico da Polícia Militar do Amazonas, qual seja, a inserção das mulheres na corporação, seus desafios e conquistas. A pesquisa exploratória justifica-se pela necessidade de ampliar a compreensão teórica e institucional sobre o tema, enquanto o caráter descritivo permite apresentar e organizar, de forma sistemática, os principais aspectos históricos, estruturais e organizacionais relacionados à atuação feminina na PMAM.

Quanto à abordagem, o trabalho adota uma perspectiva qualitativa, voltada à interpretação crítica de documentos, normativos e produções acadêmicas que tratam da temática de gênero, segurança pública e cultura organizacional militar. Essa abordagem mostrou-se adequada, pois possibilita compreender as relações de poder, os valores institucionais e as barreiras simbólicas que permeiam a inserção feminina nas forças policiais, elementos que não podem ser plenamente captados por métodos quantitativos isolados.

7111

No que se refere ao método de abordagem, utilizou-se o método dedutivo, partindo-se de referenciais teóricos gerais sobre gênero, divisão sexual do trabalho e organização policial para, em seguida, analisar sua manifestação concreta no contexto da Polícia Militar do Amazonas. Esse procedimento permitiu confrontar conceitos amplamente discutidos na literatura com a realidade institucional específica da PMAM, possibilitando a identificação de convergências, limitações e particularidades regionais.

Os procedimentos técnicos adotados consistiram, predominantemente, em pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em livros, artigos científicos, dissertações e teses que abordam a participação feminina nas forças de segurança, bem como autores que discutem gênero, poder e cultura organizacional, a exemplo de Braga (2010), Cappelle e Melo (2010) e Paiva (2025). Já a pesquisa documental envolveu a análise de legislações, decretos, dados institucionais e documentos oficiais da Polícia Militar do Amazonas, permitindo contextualizar historicamente a inserção feminina e identificar marcos normativos relevantes para a atuação das policiais militares.

Para o tratamento dos dados, empregou-se a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), a qual possibilitou a organização e interpretação das informações coletadas a partir de categorias analíticas previamente definidas, tais como: evolução histórica da inserção feminina, obstáculos estruturais, culturais e institucionais, e impactos da participação feminina na dinâmica organizacional da PMAM. Esse procedimento favoreceu a sistematização das informações e a construção de inferências coerentes com os objetivos e o problema de pesquisa.

Por fim, a metodologia adotada permitiu estabelecer uma relação direta entre o referencial teórico, os dados documentais analisados e os resultados apresentados, garantindo coerência interna ao estudo. A opção por métodos qualitativos e documentais mostrou-se adequada à natureza do objeto investigado, possibilitando uma análise crítica e contextualizada da inserção das mulheres na Polícia Militar do Amazonas, sem a pretensão de generalizações estatísticas, mas com ênfase na compreensão aprofundada do fenômeno estudado.

## 2. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PRESENÇA FEMININA NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS

A Polícia Militar do Amazonas (PMAM) tem sua origem formalmente marcada em 4 de abril de 1837, data em que foi criado o Corpo de Guardas Municipais Voluntários da Província do Amazonas. Esse grupo inicial teve como objetivo garantir a ordem pública e a segurança dos cidadãos na província recém-criada. O surgimento dessa força foi uma resposta às necessidades de manutenção da ordem em uma região de fronteira, marcada por desafios logísticos e geopolíticos. Desde sua criação, a PMAM desempenha um papel fundamental na proteção da sociedade amazonense, evoluindo de uma força municipal para uma instituição estadual robusta e diversificada (PMAM, 2024).

Entretanto, conforme observa Paiva (2025), essa trajetória institucional foi historicamente construída a partir de um modelo organizacional masculinizado, no qual a figura do policial foi concebida, desde a origem, como essencialmente masculina, aspecto que repercute até os dias atuais na cultura organizacional da corporação.

Ao longo dos anos, a PMAM passou por inúmeras transformações, tanto em sua estrutura quanto em suas funções. Inicialmente, sua atuação estava restrita ao controle local de conflitos e à garantia de ordem em eventos específicos. No entanto, à medida que o Estado do Amazonas se desenvolveu e enfrentou novos desafios, a corporação expandiu suas atividades, incorporando missões de policiamento ostensivo e preventivo, além de outras responsabilidades que surgiram com o aumento populacional e a urbanização. A história da PMAM reflete,



portanto, as mudanças sociais e econômicas ocorridas no Amazonas ao longo dos séculos (PMAM, 2024).

Paiva (2025) ressalta que tais transformações estruturais não foram acompanhadas, na mesma proporção, por mudanças culturais internas, o que contribuiu para a manutenção de padrões hierárquicos e simbólicos excludentes, especialmente no que se refere à participação feminina. Nesse sentido, o autor registra que “a discriminação de gênero e a violência contra as mulheres policiais na PMAM são questões prementes” (PAIVA, 2025, p. 15).

A trajetória da PMAM também está intrinsecamente ligada ao contexto político e militar brasileiro. Desde seu surgimento, a força policial amazonense foi influenciada pelos acontecimentos nacionais, como a Proclamação da República e a criação de novas diretrizes para a segurança pública. Em diversas ocasiões, a PMAM desempenhou papéis importantes na defesa do Estado e na promoção da estabilidade local, especialmente em momentos de crise política ou social. Sua capacidade de adaptação e resposta a novos desafios tem sido uma característica constante ao longo de sua história (PMAM, 2024).

Nesse cenário, Paiva (2025) destaca que a forte vinculação histórica entre polícia e estrutura militar reforçou valores associados à virilidade, disciplina rígida e hierarquia, dificultando, posteriormente, a incorporação plena de mulheres em igualdade de condições.

7113

Atualmente, a PMAM continua a evoluir para atender às necessidades da sociedade contemporânea. A instituição tem investido em modernização, treinamento especializado e aumento de seu efetivo para lidar com os complexos desafios da segurança pública no Amazonas. Além disso, a corporação tem buscado ampliar a integração com a comunidade, adotando estratégias de policiamento comunitário e preventivo, essenciais em uma região de grande diversidade geográfica e social. A história da PMAM, portanto, é marcada tanto por sua rica tradição quanto por sua capacidade de inovação e adaptação às demandas de um estado tão singular como o Amazonas (PMAM, 2024).

Todavia, conforme adverte Paiva (2025), processos de modernização institucional não garantem, por si sós, a superação de desigualdades estruturais, especialmente aquelas relacionadas às relações de gênero no interior da corporação.

Apesar da longa data da criação da Polícia Militar do Amazonas, a história da inserção feminina na Polícia Militar do Amazonas (PMAM) remonta ao início da década de 1980, período marcado pela criação do Pelotão de Polícia Feminina. O processo teve início durante o governo de José Lindoso, quando foi publicado o Decreto nº 4.819, de 08 de fevereiro de 1980,



instituindo o pelotão e rompendo a predominância masculina na corporação. Esse marco fez do Amazonas o terceiro estado do Brasil a incluir mulheres em sua força policial, uma mudança significativa no cenário de segurança pública. O ingresso das primeiras policiais militares ocorreu em 1º de abril de 1980, destacando-se a soldado Ruth Eunice Brito Risuenho Pessoa como a pioneira amazonense a integrar o efetivo da corporação (BRANDÃO, 2017).

Conforme assinala o Paiva (2025):

A predominância masculina na Polícia Militar não é surpreendente, pois a instituição militar foi historicamente estruturada para o público masculino, excluindo a participação feminina por muito tempo. No Amazonas, a presença das mulheres na corporação só foi reconhecida a partir dos anos 1980. Desde então, houve um crescimento significativo da inserção feminina nos quadros funcionais ao longo de 30 anos, embora ainda em menor proporção em relação aos homens.” (PAIVA, 2025, p. 99).

Inicialmente, o Pelotão de Polícia Feminina da PMAM tinha como função principal o atendimento a grupos específicos, como menores, idosos e mulheres. Além dessas atribuições, as policiais femininas foram incumbidas do policiamento em locais estratégicos, como o Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, reforçando a presença feminina em áreas de segurança pública. A criação desse pelotão foi resultado de uma visita do governador Lindoso e sua esposa a São Paulo, onde a primeira-dama foi acompanhada por policiais femininas. Essa experiência serviu como inspiração para o então governador implementar a ideia no Amazonas, reconhecendo a importância da presença feminina no âmbito policial (BRANDÃO, 2017).

7114

A evolução das policiais femininas na PMAM não se limitou a funções de apoio ou administrativas. Em 1989, o Pelotão de Polícia Feminina foi elevado à categoria de Companhia, um avanço que permitiu a distribuição das policiais em diferentes unidades operacionais da capital e do interior. Ao longo dos anos, essas mulheres conquistaram espaço em áreas tradicionalmente masculinas, como o policiamento ostensivo, quebrando barreiras e desafiando estereótipos de gênero. Segundo Cappelletti e Melo (2010), a presença feminina nas forças policiais reflete uma transformação significativa nas relações de poder, uma vez que as mulheres têm desafiado os padrões estabelecidos e se posicionado de maneira estratégica dentro da organização (CAPPELLE & MELO, 2010). Paiva (2025), contudo, pondera que tal ampliação ocorreu de forma gradual e desigual, mantendo-se, por longo período, a sub-representação feminina nos cargos de maior prestígio e comando.

O reconhecimento da importância das policiais femininas no Amazonas foi consolidado com a criação de uma data comemorativa em sua homenagem. Em 2017, foi sancionada a Lei que instituiu o Dia da Policial Militar Feminina no Estado do Amazonas, a ser celebrado

anualmente no dia 1º de abril. A escolha dessa data tem um significado histórico, pois marca o ingresso da primeira soldado mulher na PMAM. A trajetória dessas policiais, que começaram em funções restritas e hoje ocupam tanto cargos administrativos quanto operacionais, demonstra a evolução de sua atuação e a gradual aceitação de seu papel na segurança pública (BRANDÃO, 2017) Paiva (2025) alerta que o reconhecimento simbólico, embora relevante, não elimina automaticamente práticas discriminatórias persistentes, sendo insuficiente quando desacompanhado de mudanças estruturais.

O impacto da participação feminina nos cursos operacionais da Polícia Militar do Amazonas também reflete a luta por igualdade de gênero dentro da corporação. A inclusão dessas mulheres em áreas operacionais foi um passo decisivo para ampliar sua participação na linha de frente da segurança pública. Como aponta Braga (2010), a inserção feminina no policiamento ostensivo contribui para a redefinição das funções policiais, mostrando que as mulheres são igualmente capazes de enfrentar os desafios físicos e emocionais impostos pela profissão (BRAGA, 2010). Essa inserção não apenas diversifica as operações, mas também promove uma visão mais equitativa da força policial.

Além disso, as policiais femininas da PMAM têm desempenhado um papel essencial no combate à violência de gênero e no atendimento de ocorrências envolvendo mulheres e crianças. Desde a criação do pelotão, as mulheres têm se destacado em áreas de policiamento comunitário, onde sua presença facilita a interação com a população e melhora a eficiência das operações. Segundo Lara et al. (2017), a presença feminina no policiamento comunitário contribui para a criação de uma relação de confiança com os cidadãos, especialmente em situações sensíveis que envolvem vítimas de violência doméstica (LARA et al., 2017). Paiva (2025) problematiza que essa valorização pode, simultaneamente, reforçar expectativas institucionais que associam as mulheres a funções de cuidado, exigindo reflexão crítica sobre a distribuição de papéis na corporação. (PAIVA, 2025)

A evolução da participação feminina na PMAM pode ser vista como parte de um movimento mais amplo de inclusão de mulheres nas forças de segurança em todo o Brasil. Desde os anos 1970, quando começaram a ser integradas nas corporações militares, as mulheres têm gradualmente conquistado espaço em áreas operacionais, administrativas e de comando. No Amazonas, essa inclusão foi impulsionada pela necessidade de modernização da força policial e pela crescente demanda por igualdade de gênero. Em 2017, o efetivo feminino da PMAM era composto por 1.064 policiais, representando 11,7% do total de 9.033 policiais militares

na ativa, um reflexo do avanço significativo alcançado nas últimas décadas (BRANDÃO, 2017). Segundo Paiva (2025), o crescimento numérico não deve ser confundido com igualdade institucional, uma vez que a distribuição de poder e oportunidades permanece assimétrica.

Embora tenham sido muitas as conquistas, as policiais femininas da PMAM ainda enfrentam desafios em sua jornada. Como destaca Estigara (2022), a presença das mulheres nas forças policiais não elimina as barreiras culturais e institucionais que limitam seu progresso (ESTIGARA, 2022). Paiva (2025) complementa ao afirmar que tais barreiras estão profundamente enraizadas na cultura organizacional militar, exigindo mudanças estruturais e simbólicas para sua superação efetiva. No entanto, a constante luta por igualdade, aliada à competência demonstrada por essas profissionais, sugere que sua atuação na segurança pública só tende a crescer e se consolidar com o tempo.

A história das policiais femininas na PMAM é, portanto, uma história de superação e conquista. Desde sua criação, o Pelotão de Polícia Feminina tem evoluído de maneira significativa, abrindo portas para novas gerações de mulheres que desejam ingressar nas forças de segurança. A celebração do Dia da Policial Militar Feminina no Amazonas não é apenas uma homenagem às pioneiras, mas também um reconhecimento das contribuições contínuas dessas mulheres para a segurança pública do estado (BRANDÃO, 2017). À luz da análise de Paiva (2025), essa trajetória deve ser compreendida como um processo ainda em construção, no qual avanços convivem com desafios persistentes no campo da igualdade de gênero (PAIVA, 2025).

7116

### **3. PRINCIPAIS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES NA CORPORAÇÃO**

A inserção das mulheres na Polícia Militar do Amazonas (PMAM) é um marco importante na busca por igualdade de gênero e maior representatividade nas forças de segurança. Contudo, apesar de muitos avanços, as mulheres ainda enfrentam diversos desafios que dificultam sua total integração e ascensão na corporação (RIBEIRO, 2018). Esses desafios, que vão desde questões estruturais até barreiras culturais e institucionais, refletem um conjunto de obstáculos que impactam diretamente a trajetória dessas profissionais na PMAM.

Nesse contexto inicial, torna-se relevante compreender que tais obstáculos não se manifestam apenas como dificuldades pontuais, mas integram uma lógica institucional mais ampla, na qual práticas, valores e estruturas organizacionais contribuem para a reprodução de desigualdades de gênero no interior da corporação. Essa perspectiva permite aprofundar a

análise dos desafios enfrentados pelas mulheres policiais para além de uma leitura meramente descritiva (PAIVA, 2025, p. 15).

Segundo Marcos Klinger dos Santos Paiva (2025), a discriminação de gênero nas corporações militares deve ser compreendida como um fenômeno estrutural, sustentado por mecanismos simbólicos e institucionais que operam de forma contínua. O autor demonstra que, mesmo diante de avanços normativos, a cultura organizacional da Polícia Militar do Amazonas ainda reproduz padrões historicamente masculinizados, nos quais a presença feminina é tolerada, mas não plenamente integrada, o que gera impactos diretos na trajetória profissional das mulheres policiais (PAIVA, 2025, p. 15).

Em primeiro lugar, as barreiras estruturais são um dos principais obstáculos à plena inserção das mulheres na PMAM. O estado do Amazonas, com sua vasta extensão territorial, possui uma infraestrutura policial que, em muitos casos, ainda não está preparada para acomodar adequadamente as necessidades das mulheres. Algumas unidades da PMAM, por exemplo, não possuem instalações básicas como vestiários e banheiros exclusivos para o público feminino, uma falha que pode parecer simples, mas que impacta diretamente o bem-estar e a dignidade dessas profissionais. Além disso, a designação de missões e funções operacionais, que muitas vezes são vistas como masculinas, ainda reflete uma segregação de tarefas, limitando as oportunidades para que as mulheres possam se destacar em missões táticas e de maior visibilidade (DIAS et al, 2022).

7117

A análise dessas barreiras estruturais pode ser aprofundada à luz da obra de Paiva (2025), que evidencia que a ausência de condições materiais adequadas não é neutra, mas comunica simbolicamente quais corpos são considerados legítimos no espaço institucional. Para o autor, a precariedade das estruturas destinadas às mulheres policiais reforça a percepção de que elas ocupam um lugar secundário na organização, contribuindo para a naturalização da desigualdade e para o enfraquecimento do sentimento de pertencimento institucional (PAIVA, 2025, p. 15).

Outro aspecto importante são as barreiras culturais, que influenciam a maneira como as mulheres são percebidas dentro da corporação. A cultura militar, tradicionalmente associada à força e à virilidade, pode tornar o ambiente de trabalho mais desafiador para as mulheres. Muitas delas ainda enfrentam preconceitos e atitudes que questionam sua competência ou sua capacidade de liderança, levando a uma constante necessidade de provar seu valor e habilidade. Essas mulheres, que ingressam na corporação com o mesmo desejo de servir e proteger, muitas vezes se deparam com um ambiente onde seus esforços são menos reconhecidos, ou até

subestimados. A falta de representatividade feminina em posições de comando reforça essa percepção, criando um ciclo no qual poucas mulheres ascendem a cargos de liderança (VIEIRA & MARTINS, 2022).

Esse cenário encontra respaldo empírico na análise desenvolvida por Marcos Klinger dos Santos Paiva (2025), ao demonstrar que a própria formação histórica da Polícia Militar contribuiu para a consolidação de um ambiente institucional predominantemente masculino, no qual a presença feminina se deu de forma tardia e desigual.

A constatação de Paiva (2025) contribui para compreender que as barreiras culturais enfrentadas pelas mulheres na PMAM não decorrem apenas de atitudes individuais, mas estão enraizadas em uma construção institucional histórica que naturalizou a desigualdade de gênero. Tal herança simbólica influencia diretamente as oportunidades de reconhecimento, ascensão e exercício da liderança feminina no interior da corporação, reforçando a necessidade de mudanças estruturais e culturais para a efetiva superação dessas desigualdades (PAIVA, 2025, p. 99).

Ademais, as barreiras institucionais também desempenham um papel crucial na dificuldade de inserção plena das mulheres na PMAM. A ausência de políticas eficazes que garantam igualdade de oportunidades, bem como a falta de mecanismos apropriados para lidar com situações de assédio, são problemas recorrentes. Embora haja regulamentações e normas voltadas à proteção das mulheres, a aplicação dessas medidas ainda é falha, o que acaba deixando muitas policiais desprotegidas em casos de abuso ou discriminação. Adicionalmente, as políticas de progressão na carreira, muitas vezes, desconsideram os desafios extras enfrentados pelas mulheres, como a necessidade de conciliar trabalho com a maternidade e outras responsabilidades familiares, o que limita suas chances de promoção em comparação com os colegas homens (DIAS et al, 2022).

Para reforçar a centralidade do tema no plano institucional, Paiva (2025) afirma que:

A discriminação de gênero e a violência contra as mulheres policiais na PMAM são questões prementes que refletem uma ampla problemática social e institucional, manifestando-se em um ambiente de trabalho tradicionalmente dominado por homens.(PAIVA, 2025, p. 15).

Paiva (2025) ressalta que essa fragilidade institucional decorre, em grande medida, do distanciamento entre o discurso normativo e a prática organizacional. Para o autor, a existência formal de normas de proteção não garante sua efetividade quando a cultura institucional minimiza ou relativiza denúncias de discriminação e assédio. Dessa forma, a desigualdade de

gênero passa a ser tratada como questão individual, e não como problema estrutural da instituição, o que compromete a implementação de políticas verdadeiramente inclusivas.

No contexto específico do Amazonas, as particularidades geográficas e culturais adicionam ainda mais complexidade à inserção das mulheres na corporação. As regiões mais afastadas, como áreas ribeirinhas e indígenas, exigem que as policiais militares não só dominem técnicas de policiamento, mas também sejam sensíveis às necessidades e culturas locais. Entretanto, a falta de treinamentos específicos para essas situações coloca as mulheres em uma posição de desvantagem, dificultando sua atuação plena em áreas que exigem maior compreensão cultural e social. As policiais que são destacadas para essas áreas, muitas vezes, enfrentam não só a falta de suporte institucional, mas também uma sensação de isolamento profissional (SILVA et al, 2023).

De acordo com Paiva (2025), a ausência de políticas institucionais sensíveis às especificidades regionais reforça desigualdades já existentes, especialmente quando combinadas às barreiras de gênero. O autor aponta que, nessas situações, as mulheres policiais tendem a experimentar um duplo processo de marginalização: por um lado, em razão do gênero; por outro, pelas condições adversas de atuação em contextos geográficos e culturais pouco contemplados pelas diretrizes institucionais (PAIVA, 2025).

7119

Além dos desafios institucionais e culturais, as mulheres na PMAM enfrentam também barreiras pessoais e emocionais. O ambiente muitas vezes hostil e a pressão constante para provar suas habilidades podem levar a um esgotamento emocional. Muitas policiais sentem que precisam se esforçar mais do que seus colegas homens para serem reconhecidas, o que pode resultar em altos níveis de estresse e insatisfação com a carreira. Esse quadro é agravado pela falta de redes de apoio dentro da corporação, como programas de mentoria específicos para mulheres, que poderiam oferecer orientação e suporte em momentos difíceis. Em muitos casos, essas profissionais acabam enfrentando esses desafios sozinhas, o que contribui para a sensação de isolamento e até mesmo para a desistência de suas carreiras (LARA et al, 2017).

Paiva (2025) observa que esse desgaste emocional não deve ser compreendido como fragilidade individual, mas como consequência direta de um ambiente institucional que impõe às mulheres um esforço adicional de adaptação e resistência. Segundo o autor, a internalização contínua de expectativas institucionais desiguais tende a produzir impactos significativos na saúde mental das policiais, reforçando sentimentos de inadequação e invisibilidade profissional.

A conciliação entre a vida pessoal e profissional também é uma questão relevante. A falta de políticas flexíveis dentro da corporação dificulta a rotina de mulheres que são mães ou que têm outras responsabilidades familiares. Muitas vezes, elas são obrigadas a escolher entre progredir na carreira ou atender às demandas pessoais, o que pode gerar frustração e comprometer seu desempenho. Além disso, a expectativa social de que as mulheres devam desempenhar papéis tradicionais, tanto no trabalho quanto em casa, pressiona essas profissionais a constantemente equilibrar múltiplos papéis, muitas vezes sem o suporte necessário da instituição (SILVA et al, 2023).

Para enfrentar os desafios relacionados à inserção das mulheres na Polícia Militar do Amazonas, é fundamental que a instituição adote medidas mais inclusivas e humanizadas. A criação de programas específicos para promover a igualdade de gênero, que valorizem a diversidade e incentivem a participação feminina em todas as áreas da corporação, é um passo essencial. Esses programas devem ser direcionados não apenas ao recrutamento de mulheres, mas também ao seu desenvolvimento e retenção, oferecendo suporte contínuo que garanta a efetiva integração das policiais ao ambiente de trabalho. Dessa forma, as mulheres podem sentir-se verdadeiramente acolhidas e valorizadas, contribuindo para o fortalecimento da corporação como um todo (SARAIVA, 2017).

7120

Paiva (2025) reforça que políticas institucionais voltadas à igualdade de gênero devem ser concebidas de forma transversal, alcançando formação, avaliação, progressão funcional e ocupação de cargos de comando. Para o autor, somente a partir de mudanças estruturais e simbólicas é possível romper com padrões históricos de exclusão e promover uma integração efetiva das mulheres nas corporações militares (PAIVA, 2025).

Além disso, a melhoria das condições físicas das instalações, adequando-as para atender às necessidades específicas das policiais femininas, é um aspecto crucial para promover um ambiente mais justo e igualitário. O desenvolvimento de treinamentos que levem em consideração as particularidades regionais e culturais da Amazônia também é necessário, visto que isso permite uma adaptação mais eficiente e uma atuação mais eficaz das profissionais em campo. Somado a isso, a implementação de políticas rígidas de combate ao assédio e à discriminação é fundamental para garantir um ambiente de trabalho seguro e respeitoso. Essas ações, em conjunto, contribuirão para que a Polícia Militar do Amazonas se torne uma instituição mais acolhedora, que respeita e valoriza as contribuições de todas as suas profissionais, independentemente de gênero (SARAIVA, 2017).



É também crucial que a corporação promova a representatividade feminina em posições de liderança. Ter mais mulheres em cargos de comando não apenas serviria como inspiração para as gerações futuras de policiais, mas também ajudaria a moldar políticas mais inclusivas e sensíveis às necessidades de todas as profissionais. Além disso, é preciso que a corporação ofereça redes de apoio, como grupos de afinidade ou programas de mentoria, que possam ajudar as policiais a lidar com os desafios específicos que enfrentam, fornecendo não apenas suporte emocional, mas também orientação profissional (FERREIRA, 2022).

Recentemente, uma decisão judicial do Supremo Tribunal Federal impediu a restrição de percentual de vagas destinadas a mulheres nos concursos públicos das polícias militares. Essa medida é um avanço importante na luta pela igualdade de gênero nas forças de segurança, permitindo que mais mulheres tenham acesso a oportunidades nas corporações policiais (Brasil, 2024). A decisão reforça o reconhecimento de que a presença feminina é essencial para a construção de instituições mais inclusivas e representativas. Além disso, essa medida pode impactar positivamente a cultura organizacional das polícias, promovendo um ambiente de trabalho mais diversificado e sensível às questões de gênero. A inclusão de mulheres nas forças policiais não apenas fortalece a capacidade operacional, mas também melhora as relações da polícia com a comunidade, refletindo uma sociedade mais justa e equitativa. Essa mudança representa um passo significativo rumo à promoção da equidade de gênero nas instituições de segurança pública em todo o país.

7121

Por fim, é essencial que a Polícia Militar do Amazonas valorize a diversidade de experiências e perspectivas que as mulheres trazem para a corporação. Superar os obstáculos enfrentados por essas profissionais não é apenas uma questão de justiça, mas também de melhorar a eficiência e a eficácia da corporação como um todo. Mulheres bem integradas e valorizadas em suas funções contribuem para uma segurança pública mais inclusiva, eficiente e próxima das necessidades da população (CAPPELLE, 2010). Promover a inserção plena das mulheres na PMAM significa construir uma força policial mais preparada para enfrentar os desafios contemporâneos, valorizando as contribuições de cada um de seus membros.

#### **4. O IMPACTO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS FUNÇÕES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS**

A participação feminina em funções operacionais e administrativas dentro das instituições policiais tem gerado impactos profundos e significativos que ultrapassam o ambiente organizacional. Com o aumento da presença de mulheres nas forças policiais, a

sociedade está testemunhando uma transformação nas normas sociais relacionadas ao gênero, o que ajuda a redefinir o papel das mulheres em setores tradicionalmente masculinos. Essa inclusão não apenas desafia estereótipos, mas também abre caminho para uma nova compreensão da capacidade e da importância das mulheres na segurança pública. À medida que as mulheres ocupam funções-chave e desempenham suas tarefas com competência, elas se tornam modelos inspiradores para outras, encorajando mais mulheres a ingressarem nas forças policiais e contribuindo para a diversidade e a igualdade dentro das instituições (FERREIRA, 2022).

Além das mudanças sociais, a evolução nas práticas e políticas de segurança pública também tem sido notável. A presença feminina nas forças policiais contribui para a melhoria da eficiência e da eficácia das operações, pois as mulheres trazem diferentes perspectivas e abordagens na resolução de conflitos e no tratamento de questões sensíveis, como violência doméstica e comunitária. Essa diversidade de habilidades e visões promove um ambiente mais colaborativo e empático, o que resulta em uma atuação policial mais abrangente e humanizada. Além disso, a participação feminina impulsiona o desenvolvimento de políticas que garantem um ambiente mais justo e respeitoso para todos os policiais, independentemente de gênero, promovendo um ambiente de trabalho equitativo que valoriza a contribuição de cada profissional para a segurança pública (FERREIRA, 2022).

7122

Um dos efeitos mais marcantes da presença feminina nas funções operacionais é a promoção de uma cultura organizacional mais inclusiva e diversa. Quando as mulheres ocupam papéis operacionais, desafiam a noção tradicional de que a força e a habilidade em combate são atributos exclusivamente masculinos. Isso é fundamental, pois a diversidade de gênero ajuda a desconstruir estereótipos e permite que as mulheres mostrem suas capacidades em áreas que antes eram vistas como território masculino. Essa mudança não apenas fortalece a confiança e a autoestima das policiais, mas também inspira novas gerações de mulheres a se engajarem nas forças de segurança, criando um ciclo de empoderamento (RIBEIRO, 2018).

No contexto da Polícia Militar do Amazonas, os impactos positivos da inserção feminina nas funções operacionais e administrativas convivem com tensões estruturais próprias de uma organização militar fortemente hierarquizada e historicamente masculinizada. Estudos apontam que, mesmo com o aumento da presença feminina, persistem práticas institucionais que limitam o acesso das mulheres a determinadas atividades operacionais, sobretudo aquelas associadas ao confronto direto e à maior visibilidade simbólica da função policial. Esse cenário

revela que a igualdade formal de ingresso e permanência não elimina, por si só, os mecanismos de controle e distinção de gênero, os quais operam de maneira sutil no cotidiano organizacional, produzindo uma inclusão condicionada e frequentemente desigual (RIBEIRO, 2018, p. 240–244).

A inclusão de mulheres em funções operacionais traz ainda uma abordagem mais sensível e empática nas interações com a comunidade. Muitas vezes, as mulheres têm estilos de comunicação e resolução de conflitos diferentes, o que pode melhorar a relação entre a polícia e a população. Em situações de desconfiança e resistência, a presença de mulheres nas operações pode facilitar a construção de laços de confiança. Isso é especialmente importante em contextos onde o policiamento comunitário é essencial. A diversidade não apenas enriquece as interações, mas também ajuda a estabelecer conexões significativas com grupos que podem se sentir marginalizados ou ameaçados pela presença policial (MARTINS & VIEIRA, 2022).

Nas funções administrativas, a participação feminina contribui para uma gestão mais eficaz e para a criação de políticas públicas mais abrangentes e inclusivas. A diversidade de gênero nas posições de liderança traz uma variedade de perspectivas, o que enriquece o processo de tomada de decisão. As mulheres costumam abordar problemas e desafios de maneira diferente, e essa diversidade de pensamento pode levar a soluções mais criativas e inovadoras. Por exemplo, quando as mulheres ocupam cargos administrativos, elas podem implementar políticas que atendam melhor às necessidades dos policiais, promovendo um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo (VASCONSELOS, 2016).

7123

Outro impacto positivo significativo da participação feminina na Polícia Militar do Amazonas é a promoção de um ambiente de trabalho mais respeitoso e menos suscetível ao assédio e à discriminação. A inclusão de mulheres em cargos operacionais e, especialmente, em posições de liderança tem o potencial de aumentar substancialmente a conscientização sobre questões de gênero dentro da organização. A presença de mulheres líderes não só contribui para o desenvolvimento de uma cultura mais sensível às necessidades de todos os profissionais, como também serve como exemplo e inspiração para outras mulheres dentro da corporação. Além disso, a inserção feminina pode gerar uma maior compreensão dos problemas relacionados à desigualdade e à discriminação, o que é fundamental para a mudança cultural no ambiente de trabalho (SILVA et al., 2023).

A socialização organizacional das mulheres na PMAM assume papel central na reprodução dessas dinâmicas, uma vez que o processo formativo e o cotidiano profissional funcionam como espaços privilegiados de internalização dos valores, normas e expectativas da

cultura policial militar. As pesquisas indicam que, para serem reconhecidas como competentes e legítimas, muitas policiais acabam adotando comportamentos alinhados ao modelo masculino dominante, estratégia que favorece a adaptação institucional, mas também reforça a lógica que subordina o feminino. Essa socialização contínua impacta tanto o desempenho profissional quanto a construção identitária das policiais, evidenciando que a integração feminina ocorre em meio a negociações constantes entre pertencimento, reconhecimento e desigualdade de gênero (QUEIROZ, PAIVA & LIMA, 2019, p. 113–117).

A partir dessa conscientização, a criação e implementação de políticas de prevenção ao assédio e promoção da igualdade são facilitadas, beneficiando todos os membros da corporação, independentemente de gênero. A promoção de um ambiente de trabalho seguro e acolhedor é essencial não apenas para garantir a saúde e o bem-estar das policiais femininas, mas também para reter talentos e assegurar que a força policial seja composta por profissionais motivados e comprometidos. Um ambiente que valoriza o respeito e a igualdade de oportunidades tende a ser mais eficiente e preparado para enfrentar os desafios da segurança pública. Dessa forma, o fortalecimento da presença feminina na PMAM não apenas beneficia diretamente as policiais, mas eleva a qualidade e o compromisso de toda a instituição (SILVA et al., 2023).

Depreende-se da literatura ainda, que a presença feminina nas funções operacionais e administrativas tem um efeito significativo nas percepções públicas sobre a polícia. Quando as mulheres ocupam posições de destaque, isso envia uma mensagem poderosa sobre inclusão e igualdade de oportunidades. A sociedade começa a enxergar a polícia como uma instituição que valoriza a diversidade, o que pode melhorar a confiança e a colaboração da comunidade. Em tempos em que muitas corporações policiais enfrentam desafios relacionados à legitimidade, essa mudança de percepção é crucial para a construção de uma relação mais harmônica com a população (SILVA et al, 2023).

Para que os impactos positivos da inserção feminina na Polícia Militar do Amazonas se concretizem plenamente, é crucial que haja um forte apoio institucional e políticas voltadas para a promoção da equidade de gênero. A corporação precisa assumir um compromisso real com o desenvolvimento profissional das mulheres policiais, oferecendo não apenas oportunidades de capacitação técnica, mas também suporte emocional e psicológico que permita às profissionais se destacarem em diversas funções, tanto operacionais quanto administrativas. Esse apoio deve incluir programas de mentoria, treinamentos especializados e planos de carreira claros,

garantindo que as mulheres tenham acesso a recursos e oportunidades de crescimento iguais aos dos homens (VIEIRA & MARTINS, 2022).

Além do apoio institucional, é fundamental que a Polícia Militar trabalhe ativamente para abordar e dismantelar as barreiras culturais e estruturais que ainda existem dentro da corporação. Essas barreiras muitas vezes limitam a ascensão das mulheres e perpetuam uma cultura que privilegia a masculinidade em detrimento da diversidade de gênero. Promover uma cultura organizacional que valorize a contribuição das mulheres e assegure que as políticas de promoção sejam justas e transparentes é essencial para uma mudança significativa. As corporações policiais devem adotar medidas que enfatizem o respeito e a valorização da diversidade, criando um ambiente no qual todas as profissionais se sintam encorajadas e capacitadas a alcançar seu pleno potencial (VIEIRA & MARTINS, 2022).

A visibilidade e a representação também são aspectos fundamentais. É crucial que as mulheres sejam vistas em papéis de liderança e em funções operacionais de destaque. A falta de modelos femininos pode desencorajar novas candidatas, perpetuando a ideia de que esses espaços não são para elas. Portanto, é essencial promover histórias de sucesso de mulheres nas forças policiais, mostrando suas contribuições e inspirando futuras gerações a se envolverem na carreira. Programas de mentoria e redes de apoio podem ajudar as mulheres a superar os desafios e a se desenvolverem em suas carreiras (CAPPELLE & MELO, 2010).

7125

As narrativas de mulheres policiais revelam ainda que, na PMAM, a hierarquia militar intensifica as assimetrias de gênero ao dificultar a contestação de práticas discriminatórias e silenciar experiências de assédio moral e sexual. A posição hierárquica dos agressores, aliada à cultura disciplinar, contribui para a naturalização dessas violências, tratadas muitas vezes como parte da rotina institucional. Nesse sentido, a presença feminina, embora fundamental para a diversificação e humanização das práticas policiais, necessita ser acompanhada de mudanças estruturais efetivas, capazes de enfrentar as relações de poder que sustentam a dominação masculina e limitam a transformação real da cultura organizacional da corporação (CAPPELLE & MELO, 2010, p. 165-169).

O suporte psicológico e a capacitação contínua são elementos fundamentais para garantir o bem-estar e o desenvolvimento profissional das mulheres na Polícia Militar do Amazonas. O trabalho policial é naturalmente associado a altos níveis de estresse e pressão, que podem ter um impacto significativo sobre todos os profissionais, mas afetam de forma desproporcional as mulheres, especialmente aquelas que conciliam as demandas da vida familiar e profissional.

Nesse contexto, oferecer apoio psicológico adequado e programas de saúde mental se torna crucial para minimizar os efeitos negativos desse estresse, promovendo um ambiente onde as policiais possam desempenhar suas funções de maneira saudável e equilibrada. Esse suporte deve ser proativo, com iniciativas de acompanhamento psicológico, grupos de apoio e orientação especializada, garantindo que todas as profissionais tenham acesso aos recursos necessários para lidar com as adversidades da carreira policial (THOMPSON, 2005).

Além do suporte psicológico, a capacitação contínua e a facilitação da conciliação entre a vida profissional e pessoal são igualmente importantes para criar um ambiente de trabalho mais sustentável e acolhedor. Programas de treinamento e desenvolvimento que considerem as necessidades específicas das mulheres policiais são essenciais para capacitá-las não só em suas habilidades técnicas, mas também em sua preparação emocional e mental para os desafios diários. Instituições que promovem políticas flexíveis, como escalas de trabalho adaptáveis e benefícios voltados à vida familiar, ajudam a criar um equilíbrio saudável entre os diferentes papéis que essas profissionais desempenham. Isso, por sua vez, contribui para a motivação, a satisfação no trabalho e a retenção dessas profissionais, fortalecendo a corporação como um todo e garantindo um serviço mais eficiente e humano para a sociedade (THOMPSON, 2005).

Verifica-se, então, que impactos da participação feminina nas funções operacionais e administrativas nas forças policiais são profundos e abrangem vários aspectos. A presença de mulheres não apenas enriquece a cultura organizacional e melhora as relações com a comunidade, mas também contribui para a criação de ambientes de trabalho mais respeitosos e equitativos. Para maximizar esses benefícios, é necessário um comprometimento sério com a igualdade de gênero, o desenvolvimento de políticas inclusivas e a promoção de um ambiente que valorize a diversidade. Ao adotar essa abordagem, as corporações policiais não só fortalecerão suas operações, mas também se tornarão modelos de inclusão e igualdade em uma sociedade em constante transformação. A plena integração das mulheres nas forças policiais é um passo essencial para construir um futuro mais justo e eficaz para a segurança pública, beneficiando não apenas as mulheres, mas toda a sociedade (RIBEIRO, 2018).

7126

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os desafios e as conquistas relacionados à inserção das mulheres na Polícia Militar do Amazonas (PMAM), considerando sua trajetória histórica, os obstáculos de natureza estrutural, cultural e institucional, bem como os impactos

decorrentes da atuação feminina nas funções operacionais e administrativas da corporação. A partir da análise bibliográfica e documental realizada, foi possível alcançar os objetivos propostos e responder ao problema de pesquisa delineado.

Os resultados evidenciaram que a inserção das mulheres na PMAM constitui um processo marcado por avanços institucionais relevantes, como o ingresso formal a partir da década de 1980, a ampliação gradual do efetivo feminino e a ocupação progressiva de espaços operacionais e administrativos. Essas conquistas demonstram que a presença feminina tem contribuído para transformações graduais na cultura organizacional da corporação, questionando estereótipos de gênero historicamente associados à atividade policial militar.

Entretanto, o estudo também confirmou a hipótese de que, apesar desses avanços, persistem desafios significativos que limitam a atuação plena das policiais militares. As análises indicaram a existência de barreiras estruturais, como a inadequação de instalações físicas; culturais, relacionadas à manutenção de valores masculinizados e à divisão sexual do trabalho; e institucionais, expressas na fragilidade de políticas internas voltadas à equidade de gênero, à progressão na carreira e ao enfrentamento do assédio e da discriminação. Tais fatores revelam que a inclusão feminina na PMAM ocorre, em muitos casos, de forma condicionada e desigual.

No que se refere aos impactos da participação feminina, os resultados apontaram que a atuação das mulheres nas funções operacionais e administrativas tem produzido efeitos positivos na dinâmica institucional, contribuindo para práticas mais humanizadas, para o fortalecimento do policiamento comunitário e para a ampliação da sensibilidade institucional em ocorrências envolvendo grupos vulneráveis. Todavia, esses impactos ainda coexistem com tensões próprias de uma organização hierarquizada e historicamente estruturada sob padrões masculinos, o que limita a consolidação de uma igualdade material entre homens e mulheres no interior da corporação.

Dessa forma, conclui-se que a inserção das mulheres na Polícia Militar do Amazonas representa um processo em construção, no qual avanços normativos e conquistas simbólicas convivem com desafios persistentes de ordem estrutural, cultural e institucional. A superação dessas desigualdades demanda não apenas o aumento quantitativo do efetivo feminino, mas, sobretudo, mudanças organizacionais mais profundas, capazes de promover condições efetivas de equidade, reconhecimento profissional e valorização da diversidade de gênero.

Por fim, o estudo contribui para o debate acadêmico e institucional ao evidenciar que a promoção da igualdade de gênero na segurança pública exige a articulação entre políticas



inclusivas, transformação da cultura organizacional e compromisso institucional contínuo. Ao delimitar seus achados ao contexto específico da PMAM, a pesquisa oferece subsídios para reflexões futuras e para o aprimoramento das práticas institucionais, sem a pretensão de generalizações amplas, mas com ênfase na compreensão crítica e contextualizada da realidade analisada.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

B BOWEN, Glenn A. Document Analysis as a Qualitative Research Method. *Qualitative Research Journal*, v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.3316/QRJ0902027/full/html> Acesso em: 14 out. 2025.

BRAGA, Élide Damasceno. (2010). A Capacidade da Mulher Policial na Execução do Trabalho Desempenhado em Unidades Operacionais da Polícia Militar do Estado de Sergipe. *Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Disponível em: [https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278216220\\_ARQUIVO\\_FAZENDOGENERO9ELIDABRAGA.pdf](https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278216220_ARQUIVO_FAZENDOGENERO9ELIDABRAGA.pdf). Acesso em: 05 out. 2025.

BRANDÃO, D. S. (2017). *Informações da Polícia Militar Feminina no Amazonas*. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Disponível em: [https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/materiale legislativa/2017/116717/116717\\_texto\\_inte](https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/materiale legislativa/2017/116717/116717_texto_inte) gral.pdf. Acesso em: 12 out. 2025.

7128

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF Invalida restrição à participação de mulheres em concursos de PM e BM. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-invalida-restricao-a-participacao-de-mulheres-em-concursos-de-pm-e-bombeiros-em-mais-tres-estados/#:~:text=Por%20unanimidade%2C%20o%20Plen%C3%A1rio%20do,Corpo%20de%20Bombeiros%20Militar%20dos>. Acesso em: 12 out 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. VASCONCELOS, Tatiana Severino. *Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico nacional*. Brasília: SENASP, 2013. Disponível em: <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/2308>. Acesso em: 04 ago. 2025.

CAPPELLE, M. C. A., & MELO, M. C. O. L. (2010). Policewomen, Power and Gender Relations in the Military Police from Minas Gerais. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(3), 71-99. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-69712010000300006>. Acesso em: 22 out. 2025.

CLARKE, R. V. *Situational Crime Prevention: Successful Case Studies*. 2. ed. Guilderland, NY: Harrow and Heston, 1997. Disponível em: [https://popcenter.asu.edu/sites/default/files/library/reading/pdfs/SCP2\\_front\\_matter-2.pdf](https://popcenter.asu.edu/sites/default/files/library/reading/pdfs/SCP2_front_matter-2.pdf). Acesso em: 01 nov.. 2025.

CRESWELL, John W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. Disponível em: <https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=52312>. Acesso em 08 ago. 2025.

DIAS, L.; LEÃO FERREIRA ALVES, G.; DE TOLEDO VIEIRA, A. P. GÊNERO E EQUIDADE: polícia, lugar de mulheres?. *Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)* - ISSN 2595-2153, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 38-57, 2022. Disponível em: <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/119>. Acesso em: 1 out. 2025.

ESTIGARA, Eduarda. (2022). *A Inserção Feminina na Polícia Militar: A Origem da Corporação no Brasil e as Relações de Gênero e Poder*. Monografia de Graduação. Centro Universitário Curitiba. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/af78cc7e-oaf4-4ea3-a244-0e1d6cc3b077>. Acesso em: 1 set. 2025.

FELSON, M. *Crime and Everyday Life*. 3. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2002. Disponível em: <https://sk.sagepub.com/books/crime-and-everyday-life-4e>. Acesso em: 22 set. 2025.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:livro:2016;001066888>. Acesso em: 09 set. 2025.

FERREIRA, Gisleia Aparecida. *Sou mulher e policial militar: problematizações acerca da presença de mulheres em meio à corporação militar no Estado do Paraná*. Rio de Janeiro: RC-ESPM. 2022. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Ffojs.brazilianjournals.com.br%2Ffojs%2Findex.php%2FBRJD%2Farticle%2Fdownload%2F60147%2F43474%2F145419&psig=AOvVawolhN5VDHF9kWKNRHbVo-nN&ust=1728893703348000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CAYQrpoMahcKEwj48Y2K9YqJAxUAAAAAHQAAAAAQBA>. Acesso em: 023 set. 2025.

LARA, L. F., CAMPOS, E. A. R., STEFANO, S. R., & ANDRADE, S. M. (2017). *Relações de Gênero na Polícia Militar: Narrativas de Mulheres Policiais*. HOLOS, 33(4), 56-72. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4078/pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MAXWELL, J. A. *Qualitative Research Design: An Interactive Approach*. 3. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2013. Disponível em: [https://books.google.com.br/books/about/Qualitative\\_Research\\_Design\\_An\\_Interacti.html?id=DFZc28cayiUC&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/Qualitative_Research_Design_An_Interacti.html?id=DFZc28cayiUC&redir_esc=y). Acesso em 09 ago. 2025.

PAIVA, Marcos Klinger dos Santos. *A discriminação de gênero contra a mulher policial na Polícia Militar do Amazonas*. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminalri/9575/acervo/detalhe/592810?guid=1751500805974&returnUrl=%2Fterminalri%2F9575%2Fresultado%2Flistar%3Fguid%3D1751500805974%26quantidadePaginas%3D1%26codigoRegistro%3D592810%23592810&i=1>. Acesso em 01 dez. 2025.

PATTON, M. Q. *Qualitative Evaluation and Research Methods*. 3. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 1999. Disponível em: <https://aulasvirtuales.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/02/qualitative-research-evaluation-methods-by-michael-patton.pdf>. Acesso em 10 out. 2025.

RIBEIRO, L. Polícia Militar é lugar de mulher?. Florianópolis: Revista Estudos Feministas. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n143413>. Acesso em 18 set. 2025.

SARAIVA, Ernandes Herculano. *Mulher, Espaço social e território: uma discussão de gênero na polícia militar do Amazonas*. Manaus: UEA. 2017. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/5452>. Acesso em 11 jul. 2025.

SILVA, Juliana; RUDNICKI, Dani; HEIN DE CAMPOS, Carmen. Percepções sobre a igualdade entre homens e mulheres na Polícia Militar do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 254–269, 2023. DOI: 10.31060/rbsp.2023.v17.n1.1485. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1485>. Acesso em: 3 out. 2025.

THOMPSON, B., Kirk, A., & Brown, D. (2005). Work based support, emotional exhaustion, and spillover of work stress to the family environment: A study of policewomen. *Stress and Health*, 21, 199–207. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/SMI.1056>. Acesso em: 01 ago. 2024.

VIEIRA, Ana Paula de Toledo; MARTINS, Gabriella Vicente. *Mulheres nas polícias militares frente a igualdade de gênero*. Goiânia: REBESP. 2022. Disponível em: <https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A8%3A4510856/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Aresultitem&id=ebsco%3Agcd%3A158553471&bquery=AU%20De%20Toledo%2C%20Paula&page=1>. Acesso em 05 set. 2025.